

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.243 - AP (2019/0236725-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADOR : DIEGO BONILLA AGUIAR DO NASCIMENTO E OUTRO(S) - AP001533
RECORRIDO : ANDRE FELIPE FERREIRA CORREA
ADVOGADOS : LEIVO RODRIGUES DOS SANTOS - AP001621
KAMILA BRENDA DA COSTA CORTES - AP003687

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado do Amapá, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo respectivo Tribunal de Justiça assim ementado (e-STJ, fl. 168):

ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE POLÍCIA - ALTERAÇÃO POSTERIOR DO EDITAL - INSURREIÇÃO DEMONSTRADA NA INICIAL DO MANDAMUS - NÃO ABERTURA DE PRAZO PARA QUE O CANDIDATO FAÇA REOPÇÃO - OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONFIGURADA. 1) O Edital é a lei interna do concurso, ao qual estão vinculados o candidato e a Administração, por força do princípio da vinculação. 2) Existindo alteração no Edital após iniciado o concurso público, nomeadamente no que diz respeito ao quantitativo de vagas destinadas às diversas áreas de lotação e o impetrante insurgindo-se contra este fato na inicial do mandamus, deverá a Administração oportunizar ao candidato manter ou não a opção feita no momento da inscrição. 3) Segurança concedida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 252-262; 296-303).

Nas razões do especial, o recorrente alega a existência de violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o acórdão combatido não observou a legalidade da cláusula de barreira.

Aponta malferimento do art. 926 do CPC/2015, porquanto não foram observados os precedentes que versam sobre o mesmo caso – possibilidade de inserção no edital de cláusula de barreira.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso especial (e-STJ, fls. 390-393).

É o relatório.

Não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão impugnado fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Conforme se extrai do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 175-176):

Superior Tribunal de Justiça

In casu, a alteração do número de vagas ofertadas sem que houvesse reabertura do prazo para que os certamistas refizessem sua escolha viola os princípios da vinculação ao instrumento procuratório, da isonomia, da competitividade, da segurança jurídica e da proibição da surpresa.

Faz mister ressaltar que a conveniência e a oportunidade foram exercidas pela Administração Pública quando da elaboração do edital, e, a partir do momento em que inserir regras ilegais, pode haver o controle pelo Poder Judiciário.

Conforme deixei consignado em minha decisão liminar, entendo que o impetrante possui direito líquido e certo de prosseguir nas demais fases do certame em razão da ilegalidade na alteração do número de vagas nos pólos acima descritos, sem que houvesse oportunizado aos candidatos refazer a sua escolha de lotação.

[...]

Entendo que houve prejuízo para os candidatos que não puderam optar pela área cuja concorrência se presumia menor ou, ainda, por critérios de preferência, considerando que todas as áreas passaram a oferecer o mesmo número de vagas. Repito: não há ilegalidade no aumento do número de vagas pela Administração Pública após a publicação do edital, todavia, deveria ter reaberto o prazo para que os certamistas pudessem fazer nova escolha diante da ampliação das vagas, a fim de assegurar mais lisura e isonomia no processo.

Destarte, diante da ilegalidade praticada pela autoridade coatora, entendo que o impetrante possui direito líquido e certo de prosseguir no certame.

Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pelo insurgente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RESSARCIMENTO AO SUS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ÓRTESES E PRÓTESES. EXCLUSÃO CONTRATUAL. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS E DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela parte ora agravada em desfavor da ANS, com o objetivo de obter o reconhecimento da

prescrição do crédito, a ilegalidade da cobrança de valores decorrentes de contratos anteriores à Lei 9.656/98 e a cobrança pelos serviços de saúde prestados.

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

IV. O Tribunal de origem, à luz do contexto fático-probatório dos autos, concluiu que há expressa exclusão contratual de cobertura de aparelhos estéticos, protéticos, órteses e próteses de qualquer natureza. Nesse contexto, considerando a fundamentação adotada na origem, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa e do contrato firmado entre as partes, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pelas Súmulas 5 e 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.793.271/PR, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 28/5/2019)

De outro lado, a matéria referente ao art. 926 do CPC/2015 não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, o aresto combatido encontra-se sedimentado nos seguintes fundamentos: a) houve ilegalidade na alteração do certame, uma vez que não foi oportunizado aos candidatos que refizessem a escolha de lotação; b) o edital também vincula a administração pública, desse modo, não pode haver alteração nas regras do edital que interferem sobremaneira na escolha dos candidatos nas áreas de lotação anteriormente oferecidas.

No entanto, a parte insurgente limita-se a alegar que é possível estabelecer cláusula de barreira em concurso público, deixando incólumes as demais justificativas.

A não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR PELO ESTADO. ALERGIA À LACTOSE. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. SUPOSTA OFENSA A DISPOSITIVO NÃO PREQUESTIONADO. SÚMULA 211/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER O ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. ALEGADA EXISTÊNCIA DE PROVAS NOS AUTOS PARA SUSTENTAR A PRETENSÃO INICIAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

3. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal. Inteligência da Súmula 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.

[...]

5. Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.367.651/MG, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 3/12/2013)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator